



## 15 DE MARÇO DE 2016

### Terça-feira

- REAJUSTADOS OS PISOS SALARIAIS PARA 2016 NO ESTADO DE SÃO PAULO
- METALÚRGICOS E HYUNDAI FAZEM ACORDO PARA EVITAR DEMISSÕES EM MONTADORA
- PARA EVITAR CORTES, GM QUER CONGELAR SALÁRIO
- GOVERNO REDUZ JUROS EM EMPRÉSTIMOS DE FUNDOS CONSTITUCIONAIS
- MPF E PF VÃO APURAR SE CORRUPÇÃO NA RECEITA BENEFICIOU REELEIÇÃO DE RICHA
- REPATRIAÇÃO DE RECURSOS TERÁ IMPOSTO CALCULADO COM DÓLAR A R\$ 2,65
- BRASIL E ALEMANHA FIRMAM ACORDO POR CARRO ELÉTRICO
- HYUNDAI SANTA FE 2016 CHEGA ÀS REVENDAS
- HYUNDAI HB20 COMEÇA A SER EXPORTADO
- IVECO ESTREIA NO SEGMENTO DE MIDIBUS COM GRANCLASS
- AUTOPEÇAS FATURAM 14,5% A MENOS EM JANEIRO
- FOTON CAMINHÕES DETALHA PARCERIA COM AGRALE
- VENDAS DO GRUPO VW CRECEM 1,4% NO BIMESTRE
- CLASSE C TEM RECALL POR RISCO DE INCÊNDIO
- MEDIDAS PARA ÓLEO E GÁS PODEM ELEVAR PIB NOS PRÓXIMOS ANOS, DIZ FAZENDA
- EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CAI 1,08% EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, DIZ SINDUSCON-SP
- MONITOR DO PIB DA FGV APONTA ALTA DE 0,13% EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO DE 2015
- PREÇO DA CESTA BÁSICA AUMENTA EM 13 CAPITAIS E DIMINUI EM 14
- CESTA BÁSICA CAI 1,43% EM CURITIBA
- RECEITA NORMATIZA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSOS SOBRE TRIBUTOS

- BRASIL ESTÁ SEM HORIZONTE DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
- VENDAS DE BENS DURÁVEIS CAEM 16% EM 2015, DIZ GFK
- BRASIL TEM O MAIOR NÍVEL DE ENCARGOS E DIREITOS TRABALHISTAS DO MUNDO
- OCUPAÇÃO DA MABE JÁ DURA UM MÊS
- ACÇÕES DE MONTADORAS E MINERADORAS AJUDAM PRINCIPAL ÍNDICE EUROPEU A FECHAR EM ALTA
- TAXA DE DESEMPREGO DO BRASIL CRESCE PARA 8,5% NA MÉDIA DE 2015
- PREFEITO DE SAN FRANCISCO VEM AO BRASIL PARA TENTAR ATRAIR EMPRESAS
- FALTA DE CRÉDITO PARA CAPITAL DE GIRO PIORA A PERSPECTIVA DOS EMPRESÁRIOS
- GERDAU TEM PREJUÍZO AJUSTADO DE R\$41 MI NO 4ºTRI, REDUZ INVESTIMENTO EM 2016

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 15/03/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3.726	3.726
<b>Euro</b>	4.140	4.141

**Fonte: BACEN**

### Reajustados os Pisos Salariais para 2016 no Estado de São Paulo

15/03/2016 – Fonte: COAD

O Governo do Estado de São Paulo, através da Lei 16.162-SP, de 14-3-2016, publicada no Diário Oficial de São Paulo de hoje, 15-3-2016, reajustou, com efeitos a partir de 1-4-2016, os pisos salariais dos trabalhadores do Estado, que passam a vigorar da seguinte forma:

- a) 1ª faixa R\$ 1.000,00; e
- b) 2ª faixa R\$ 1.017,00.

O Piso Salarial para a categoria dos empregados domésticos passa a ser de R\$ 1.000,00.

Veja a íntegra da Lei 16.162-SP/2016:

"LEI Nº 16.162, DE 14 DE MARÇO DE 2016

Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica, instituídos pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Os artigos 1º e 2º da Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o artigo 1º:

"Artigo 1º - No âmbito do Estado de São Paulo, os pisos salariais mensais dos trabalhadores a seguir indicados ficam fixados em:

I - R\$ 1.000,00 (mil reais), para os trabalhadores domésticos, serventes, trabalhadores agropecuários e florestais, pescadores, contínuos, mensageiros e trabalhadores de serviços de limpeza e conservação, trabalhadores de serviços de manutenção de áreas verdes e de logradouros públicos, auxiliares de serviços gerais de escritório, empregados não especializados do comércio, da indústria e de serviços administrativos, cumins, "barboys", lavadeiros, ascensoristas, "motoboys", trabalhadores de movimentação e manipulação de mercadorias e materiais e trabalhadores não especializados de minas e pedreiras, operadores de máquinas e implementos agrícolas e florestais, de máquinas da construção civil, de mineração e de cortar e lavar madeira, classificadores de correspondência e carteiros, tintureiros, barbeiros, cabeleireiros, manicures e pedicures, dedetizadores, vendedores, trabalhadores de costura e estofadores, pedreiros, trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas, de fabricação e confecção de papel e papelão, trabalhadores em serviços de proteção e segurança pessoal e patrimonial, trabalhadores de serviços de turismo e hospedagem, garçons, cobradores de transportes coletivos, "barmen", pintores, encanadores, soldadores, chapeadores, montadores de estruturas metálicas, vidreiros e ceramistas, fiandeiros, tecelões, tingidores, trabalhadores de curtimento, joalheiros, ourives, operadores de máquinas de escritório, datilógrafos, digitadores, telefonistas, operadores de telefone e de "telemarketing", atendentes e comissários de serviços de transporte de passageiros, trabalhadores de redes de energia e de telecomunicações, mestres e contramestres, marceneiros, trabalhadores em usinagem de metais, ajustadores mecânicos, montadores de máquinas, operadores de instalações de processamento químico e supervisores de produção e manutenção industrial.

II - R\$ 1.017,00 (mil e dezessete reais), para os administradores agropecuários e florestais, trabalhadores de serviços de higiene e saúde, chefes de serviços de transportes e de comunicações, supervisores de compras e de vendas, agentes técnicos em vendas e representantes comerciais, operadores de estação de rádio e de estação de televisão, de equipamentos de sonorização e de projeção cinematográfica.

Parágrafo único - Os pisos salariais acima definidos são aplicáveis sem prejuízo da legislação federal que regulamenta a matéria, em especial do disposto no artigo 6º da Lei Federal nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992." (NR)

II - o artigo 2º:

"Artigo 2º - Os pisos salariais fixados nesta lei não se aplicam aos trabalhadores que tenham outros pisos definidos em lei federal, em convenção ou acordo coletivo de trabalho, bem como aos servidores públicos estaduais e municipais, e, ainda, aos contratos de aprendizagem regidos pela Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000." (NR)

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente ao da data de sua publicação.

## **Metalúrgicos e Hyundai fazem acordo para evitar demissões em montadora**

15/03/2016 – Fonte: G1



O Sindicato dos Metalúrgicos de Anápolis (Sinmetana), a 55 km de Goiânia, e a diretoria da montadora da Hyundai na cidade firmaram um acordo nesta segunda-feira (14) para evitar a demissão de 265 servidores.

Entre os benefícios, o chamado "pacotão" incluiu reajuste salarial e do vale-alimentação de 12%, além de estabilidade para os funcionários até o fim de 2015.

De acordo com o presidente do Sindmetana, Reginaldo José Faria, também ficou definido que cada funcionário receberá, até o dia 30 de abril, R\$ 4,5 mil pelo programa de Participação no Lucro Real (PLR), além de um abono de R\$ 1 mil, que será depositado em dezembro.

"Estávamos lutando por isso há dois meses, e agora conseguimos. Foi uma conquista para nós porque, pela situação do mercado atualmente, acho difícil alguma outra montadora conseguir pagar um reajuste nesse índice", disse ao G1.

Faria explica ainda que, no início deste ano, a montadora previa 300 demissões e chegou a mandar 75 pessoas embora. Porém, pelo novo acordo, novas dispensas estão vetadas.

Para se adequar à situação, a empresa reduziu a jornada de trabalho em dois dias na semana - quinta e sexta-feira.

Diante disso, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) previa um desconto de 15% no salário, mas no acordo feito, houve uma perda real de apenas 3% para o trabalhador.

O G1 entrou em contato por volta das 15h30, por telefone e email, com a assessoria de imprensa da Caoa, montadora da Hyundai em Anápolis, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

### **Protestos**

Durante as negociações, os metalúrgicos realizaram duas paralisações. A primeira ocorreu no dia 25 de janeiro, quando trabalhadores fizeram uma caminhada com 4h30 de duração, impedindo que funcionários de outras empresas do Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia) chegassem aos seus trabalhos.

Depois, no último dia 7, a categoria voltou a protestar e paralisou a produção por três horas contra as demissões.

## **Para evitar cortes, GM quer congelar salário**

15/03/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A General Motors propôs aos trabalhadores da fábrica de São Caetano do Sul, no ABC paulista, o congelamento dos salários nominais neste ano para evitar mil demissões que podem ocorrer no próximo mês, quando termina o prazo de lay-off de 1,2 mil trabalhadores.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Aparecido Inácio da Silva, a correção da inflação seria paga em forma de abono, e não incorporada aos salários. Em 2017, a fórmula seria repetida, mas com 50% da indexação sendo incorporada aos salários. Nos dois anos não haverá aumento real.

A contrapartida seria estender por cinco a sete meses o lay-off desse grupo. A empresa também quer reduzir de 30% para 20% o pagamento de adicional noturno, além de acabar com a cláusula de estabilidade para novos funcionários que adquirirem doenças profissionais.

“Estamos entre a cruz e a espada”, diz Silva, que não vê, no momento, chances de retomada do mercado de veículos. A GM não comentou o assunto. As partes se reúnem amanhã para discutir a proposta. No início do mês a montadora ameaçou demitir 1,5 mil funcionários.

No primeiro bimestre, as vendas totais caíram 31% ante igual período de 2015, para 302 mil veículos.

As vendas da GM caíram 34,8%, para 48,8 mil unidades. Ainda assim, a marca lidera o mercado no primeiro bimestre e o Onix, fabricado em Gravataí (RS) é o mais vendido no País. A fábrica de São Caetano produz Cobalt, Cruze (que deixará de ser feito no local), Montana e Spin.

## **Governo reduz juros em empréstimos de fundos constitucionais**

15/03/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Depois do movimento do BNDES de reduzir o custo de financiamento para infraestrutura, o governo federal decidiu reduzir as taxas cobradas nas operações feitas com recursos dos fundos constitucionais do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO).

A decisão foi do CMN (Conselho Monetário Nacional), em reunião extraordinária na última sexta-feira (11). O conselho é formado pelos ministros da Fazenda, Planejamento e pelo presidente do Banco Central.

A redução dessas taxas representará uma diminuição no superavit primário do governo (diferença entre receitas e despesas não financeiras) de R\$ 936,5 milhões nos próximos quatro anos.

Neste ano, o impacto fiscal será de R\$ 267,6 milhões. Em 2017, o efeito será de R\$ 312,2 milhões, em 2018, de R\$ 219,8 milhões, e em 2019, de R\$ 136,9 milhões. Com a medida, haverá também um impacto no patrimônio líquido desses fundos de R\$ 1,8 bilhão.

Segundo a Fazenda, a medida está dentro do propósito do governo de estabilização da economia e estímulo ao crédito.

O governo havia elevado consideravelmente essas taxas em dezembro do ano passado. Agora, às custas do Tesouro Nacional, está reduzindo, mas a patamar ainda mais elevado do que o de antes do reajuste.

O CMN também decidiu pela redução de encargos financeiros para operações feitas com recursos dos fundos de desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO). Segundo a Fazenda, essa medida não terá impacto fiscal.

### **Austeridade?**

O secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Esteves Colnago, rechaçou que a redução das taxas de juros seja uma "guinada" na direção de menor austeridade fiscal.

O secretário-executivo defendeu a medida, ao associá-la com a necessidade de retomada do crescimento. Segundo ele, o governo precisa estabilizar a economia para garantir a volta do crescimento e, com isso, o aumento da arrecadação de tributos.

"Não consigo fazer um superávit primário se a economia cai todo o dia. Preciso que ela volte a crescer para fazer o superávit", afirmou. "Estamos buscando medidas para estabilizar a economia", reforçou ele.

Na sua avaliação, mesmo no cenário atual de dificuldades fiscais, a mudança é necessária.

"A medida é certa para termos mais tributos à frente", disse. "Tem mais benefícios do que malefícios", completou Colnago. O secretário-executivo adjunto enfatizou que o governo adotou e vem adotando ações muito austeras na área fiscal com contenção de despesas.

Segundo explicou o secretário, a redução das taxas dos fundos constitucionais reduz o seu patrimônio e terá sim impacto no resultado fiscal das contas públicas.

O que não implicará em impacto fiscal, segundo ele, é a redução das taxas dos financiamentos dos fundos de desenvolvimento da Amazônia (FNDA), Nordeste (FNDE) e do Centro-Oeste (FDCO), medida que também foi anunciada pelo CMN.

Colnago explicou que a medida representa um "alinhamento" com a redução das taxas anunciadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) há algumas semanas.

A redução só vale para novos financiamentos, mas os empreendedores que já haviam entrado com o pedido de financiamento poderão fazer um aditivo.

## **MPF e PF vão apurar se corrupção na Receita beneficiou reeleição de Richa**

15/03/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) vão investigar se o esquema de corrupção na Receita Estadual revelado na Operação Publicano abasteceu a campanha do governador Beto Richa (PSDB).

Na última semana, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a abertura de inquérito contra o tucano, que estava blindado por ter foro especial. O principal delator do caso, o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, apontou que parte do dinheiro desviado foi direcionada para a reeleição de Richa.

As investigações da Publicano foram deflagradas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público do Paraná.

No MPF, as investigações serão centralizadas na Procuradoria-Geral da República (PGR), sede administrativa do órgão. Como de praxe, os procuradores têm 20 dias para ouvir testemunhas e pessoas envolvidas no esquema. Ainda não se sabe se Richa prestará depoimento nesta fase e se as oitivas serão realizadas no Paraná ou em Brasília.

Oficialmente, a PF não se manifestou sobre o caso. Extraoficialmente, no entanto, a reportagem apurou que um inquérito seria instaurado para apurar as menções ao governador do Paraná. Em ambos os procedimentos, eventuais solicitações especiais – como quebra de sigilo, pedidos de busca ou de prisão – terão que passar pelo crivo do STJ.

“Pessoas que têm foro por prerrogativa de função, como é o caso do governador, não são investigadas perante um juiz, mas perante órgãos. Neste caso, o STJ. Então, todos os pedidos devem ser analisados por este tribunal”, explica o advogado Thiago Bottino, professor de direito da FGV-Rio.

O coordenador do Gaeco, procurador Leonir Batisti, disse que a PGR já tem uma cópia dos autos e que, a partir de agora, aquele órgão terá condições de aprofundar as investigações iniciadas no Paraná e apurar a conduta de Richa.

“Nós [o Gaeco] ficamos impedidos legalmente de prosseguir com as apurações para confirmar a veracidade daquilo que havia sido dito em relação ao governador. Isso tumultua, porque parou por três meses a investigação quanto a ele [Richa]”, disse Batisti. “Agora, eles [PGR e PF] vão avançar para ver se comprova a participação do governador”, completou.

### ***“Nada a temer”***

Procurada pela reportagem, a assessoria do governador Beto Richa (PSDB) reenviou a nota que havia divulgado na sexta-feira (11). “Não tenho nada a temer. Todas as doações recebidas pela minha campanha foram legais e declaradas à Justiça.

Não houve qualquer contribuição de origem ilícita ou, principalmente, oriunda de desvio de conduta de fiscais da Receita Estadual. Sou o maior interessado no esclarecimento completo dos fatos. Confio na Justiça”, diz a nota.

## **Repatriação de recursos terá imposto calculado com dólar a R\$ 2,65**

15/03/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A Receita Federal divulgou nesta segunda-feira (14) a Instrução Normativa (IN) para regulamentar a lei que permitiu a repatriação de recursos de brasileiros que estão no exterior. A janela para a realização da declaração e pagamento tanto da multa quanto do imposto será de 4 de abril até 31 de outubro de 2016.

Poderão ser repatriados recursos ou patrimônios não declarados até 31 de dezembro de 2014. A previsão de arrecadação com o programa é de R\$ 21 bilhões entre multa e imposto.

Para repatriar os recursos, os contribuintes precisarão pagar 15% de multa e 15% de imposto sobre o valor repatriado. Ainda de acordo com a IN, não poderá legalizar recursos quem detiver cargo, emprego e funções públicas de direção ou eletivas, nem aos respectivos cônjuges ou parentes consanguíneos até o segundo grau ou por adoção, em 13 de janeiro de 2016. Assim, o atual presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), não poderá regularizar possíveis recursos que estão fora do país, por exemplo.

De forma geral, ministros, senadores, deputados que estavam no governo na data, assim como seus parentes, não poderão participar do programa. “É uma regra importante porque entendemos que aquelas pessoas que são detentoras de cargo público têm responsabilidade adicional e não me parece razoável que, dentro do exercício desses cargos, pessoas que cometeram ilícito pudessem participar de programa dessa natureza”, disse o subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal, Luiz Fernando Teixeira Nunes. O subsecretário disse ainda que a medida não tem ligação como presidente da Câmara.

Os contribuintes que tiverem sido condenados em ação penal pelos crimes de lavagem de dinheiro, apropriação indébita, sonegação fiscal, evasão de divisa, crime contra a ordem tributária, sonegação fiscal, contrabando de descaminho, crime contra a ordem previdenciária, falsidade do documento público ou do documento particular, falsidade ideologia e uso de documento falso, além de crime contra o sistema financeiro, mesmo que a decisão não tenha transitado em julgado, também não poderão legalizar os recursos.

Esse foi um dos pontos mais debatidos na consulta pública da IN. Segundo Nunes, foi pedido que a Receita não considerasse as condenações em primeira instância. “Nosso entendimento é que qualquer condenação, ainda que em primeiro grau, impede a condenação do programa. A pessoa só pode aderir se não tiver sido condenado ainda”, afirmou o subsecretário.



Após a realização da declaração e o pagamento dos encargos, os contribuintes não serão passíveis de processo na área penal, mas no ato da declaração o contribuinte precisará explicar a origem do dinheiro para atestar que os recursos são lícitos. A Receita disponibilizará a Declaração de Regularização Cambial e Tributária (Dercat) pelo site do Fisco a partir de 4 de abril.

O Fisco acredita que a adesão ao programa será alta, já que o acordo de cooperação tributária entre o Brasil e os Estados Unidos passará a ter efetivo vigor a partir de setembro e o cruzamento de informações ficará mais ágil. "Instrumentos vão se aperfeiçoando, a quantidade de informações vai aumentando e a chance de pegar ilícitos vai ficando cada vez maior", disse Nunes.

Poderão ser repatriados os recursos ou patrimônio de origem lícita de qualquer moeda ou forma, de propriedade de residentes ou de domiciliado no país. Após a regularização dos recursos e patrimônios, os contribuintes não precisarão trazer o dinheiro para o Brasil.

Para normatizar a lei, o governo atrelou a conversão do real ao dólar em 31 de dezembro de 2014. Nesta data, a moeda americana fechou em R\$ 2,6562. O Fisco esclareceu que a conversão será feita automaticamente.

O pagamento tanto da multa quanto do imposto terá de ser feito até 31 de outubro de forma única. Não haverá parcelamento. "O parcelamento desse valor foi vetado pela Fazenda. Aí nós achamos que é demais. É importante a Receita continuar pisando nisso, não tem parcelamento especial", afirmou o subsecretário.

Os contribuintes que regularizarem até R\$ 10 milhões estarão isentos de multa, mas precisarão pagar o imposto. A medida foi tomada porque hoje já é possível transitar com esse montante sem o pagamento de multa.

O Fisco esclareceu ainda que o contribuinte precisará guardar os documentos da repatriação por cinco anos. Caso seja identificada alguma irregularidade, a Receita poderá excluir os benefícios concedidos pelo programa.

Durante o período em que a instrução normativa ficou em consulta pública, a Receita informou que 38 contribuintes apresentaram sugestões. Ao todo, 286 sugestões foram apresentadas. "Acatamos 15% das sugestões", frisou Nunes.

A previsão inicial era de que a IN fosse publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU). O subsecretário esclareceu, contudo, que ocorreu um problema na publicação e que o texto sairá no Diário Oficial de terça-feira, 15.

## **Brasil e Alemanha firmam acordo por carro elétrico**

15/03/2016 – Fonte: Automotive Business

A Alemanha ajudará o Brasil a avançar na área de eletromobilidade a partir de um novo acordo de cooperação técnica firmado entre os dois países. O projeto que terá duração de quatro anos prevê um investimento de € 5 milhões pelo Ministério de Cooperação Internacional e Desenvolvimento Econômico da Alemanha (BMZ) para ações que incentivem a produção brasileira de carro elétrico e a disseminação de pontos de recarga.

Será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e intermediado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das

Relações Exteriores, além do apoio da Agência de Cooperação do governo alemão (GIZ).

Entre as ações previstas, está a criação de diretrizes para linhas de financiamento, apoio à disseminação de tecnologias inovadoras, bem como consultoria ao governo brasileiro, associações e representações do setor sobre a gestão da frota de veículos elétricos e híbridos.

O projeto foi tema do Workshop "Propulsão eficiente em áreas urbanas", realizado na quinta-feira, 10, que discutiu o cenário brasileiro atual de eletromobilidade e quais medidas devem ser adotadas.

Segundo a diretora do departamento de Indústrias para a Mobilidade e Logística do MDIC, Margarete Gandini, a busca de parcerias para o aprofundamento do assunto se deu dentro de uma visão de que novas tecnologias de propulsão já são uma realidade mundial.

"A Alemanha já possui *know-how* em tecnologias de propulsão mais eficientes. A contribuição deles vai ser de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas e criação de novos modelos de negócios", disse.

A diretora acrescentou que deverão ser consideradas duas importantes vertentes no contexto da eletromobilidade brasileira: a da indústria e a da mobilidade e logística: "A política industrial de abastecimento deve estar voltada às soluções e entregas que englobem essas duas vertentes", disse.

Este é o segundo passo que o País dá em direção à eletromobilidade: no ano passado, o governo aprovou a redução do imposto de importação para veículos elétricos e híbridos para incentivar o uso desses modelos mais eficientes.

## Hyundai Santa Fe 2016 chega às vendas

15/03/2016 – Fonte: Automotive Business



A linha 2016 do Hyundai Santa Fe começa a chegar às vendas. A versão de cinco lugares tem preço promocional de R\$ 164,9 mil. A opção para sete pessoas começa em R\$ 214.883. O utilitário esportivo utiliza um motor 3.3 V6 com 270 cavalos e tem transmissão automática de seis marchas com possibilidade de trocas manuais.

A linha 2016 tem nova grade com acabamento cinza fosco e aletas mais finas. Os para-choques foram redesenhados. Os projetores do farol passam a ser redondos e as lâmpadas do pisca-pisca agora estão na parte interna da peça. O faróis de neblina também são novos. As lanternas traseiras agora têm uma fita de LEDs.

Por dentro, a central de entretenimento foi reestilizada, há um novo porta-objetos com tampa na parte superior do painel e o console de teto mudou. O Santa Fe mantém o sistema de tração integral que garante estabilidade lateral ao longo das curvas,

eliminando a tendência de saída de frete ou de traseira pela redução da tração indesejada nos eixos dianteiro e traseiro.

Entre os recursos de série o modelo tem Assistente de Partida em Rampa (HAC) e o Controle de Frenagem em Descida (DBC), recursos que aumentam a dirigibilidade em aclives e declives acentuados.

O Santa Fe de cinco ou sete lugares tem distância entre eixos de 2,70 metros e comprimento total de 4,69 metros. A garantia é de cinco anos sem limite de quilometragem. No primeiro ano está inclusa assistência 24 horas da Hyundai Caoa, com cobertura em todo o País.

## **Hyundai HB20 começa a ser exportado**

15/03/2016 – Fonte: Automotive Business



O Hyundai HB20 vai ultrapassar as fronteiras brasileiras pela primeira vez: na terça-feira, 17, a montadora inicia as exportações do compacto fabricado na unidade de Piracicaba, no interior paulista.

O primeiro lote de 600 unidades, todas da versão HB20X, já saiu da fábrica com destino ao vizinho Paraguai. Desenvolvido originalmente para o mercado brasileiro, o modelo conseguiu se tornar em apenas três anos desde o seu lançamento o segundo modelo mais emplacado do País.

“Após consolidar nossa posição no mercado brasileiro, com um reconhecimento impressionante por parte dos consumidores e mais de 500 mil unidades vendidas, podemos expandir nossas fronteiras, inicialmente para o Paraguai.

Este é primeiro passo para tornar o HB20 um grande sucesso também em diversos outros mercados da América Latina”, afirma o presidente da Hyundai Motor Brasil, William Lee.

Segundo o executivo, estão em curso estudos sobre outros possíveis mercados para exportar o modelo na região. Apesar disso, informa que para o momento não há previsão de novos investimentos para aumento da capacidade de produção na subsidiária brasileira que mantém a única fábrica própria da Hyundai na América Latina, atualmente operando em três turnos.

“Nossa intenção é prosseguir com a utilização plena de nossa capacidade produtiva, compensando qualquer agravamento da demanda no mercado interno”, diz Lee.

Inaugurada em 2012, a fábrica da Hyundai de Piracicaba recebeu investimento total de US\$ 700 milhões e possui capacidade para montar até 180 mil carros por ano, considerando três turnos.

Com 2,7 mil trabalhadores, a unidade fabrica toda a família HB20 composta por hatch, sedã (HB20S) e o aventureiro HB20X. Em seus três anos de operação, a planta paulista entregou mais de 500 mil unidades.

## **Iveco estreia no segmento de midibus com GranClass**

15/03/2016 – Fonte: Automotive Business



A Iveco Bus faz sua estreia no segmento de midibus com o lançamento do ônibus GranClass, o primeiro micrão da montadora, como também é conhecida a categoria de 15 toneladas, intermediária do minibus e dos ônibus convencionais de 17 toneladas e que podem ter de 8 a 11 metros de comprimento.

O novo chassi 150S21 é derivado do 170S28, de 17 toneladas, ambos fabricados na unidade de Sete Lagoas (MG) com capacidade de produção para 30 unidades do modelo por dia.

O modelo desenvolvido em parceria com a encarroçadora Mascarello foi concebido para ser entregue como um ônibus completo, chassi mais a carroceria, diferente do que geralmente ocorre no mercado brasileiro, onde frotistas compram o chassi e depois escolhem com qual encarroçadora querem fechar o veículo.

O primeiro alvo do novo micrão da Iveco será o Caminho da Escola, programa do governo que junto com os municípios promove a renovação de frota de ônibus escolares nas áreas rurais do País e para o qual a montadora contabiliza mais de 6 mil unidades entregues até agora. Ele chega para concorrer com os midibus de Agrale MA 15.0, Mercedes-Benz OH-1519 e Volksbus 15.190.

“A Iveco Bus já participa com o GranClass de uma licitação para a compra de 1,6 mil ônibus para o Caminho da Escola e que ainda está em andamento. O edital deve sair no fim deste mês ou no início de abril”, revela o gerente de marketing de produto da Iveco Bus, Gustavo Serizawa, durante o lançamento do GranClass realizado na sede da Mascarello, em Cascavel (PR).

Disponível em duas versões, para 42 alunos mais espaço para cadeirante e 48 alunos, sem espaço para cadeirante, o modelo oferece equipamentos como elevador de acesso, uma cadeira de rodas (de série na versão com espaço para a cadeira), porta com dispositivo anti-esmagamento, porta-mochila no teto e rede nas costas dos assentos para acomodação de material escolar.

Também conta com sistema que impede a abertura da porta quando o veículo está em movimento, limitador de velocidade, câmera e sensores de ré, cintos de segurança em todas as poltronas e proteção nas janelas.

Completa a lista de equipamentos de série o dispositivo de bloqueio de diferencial, que facilita a transposição de atoleiros, além da suspensão elevada e reforçada, pneus de uso misto e redução de balanço dianteiro e traseiro, permitindo o fácil acesso em

terrenos acidentados. O veículo é equipado com motor FPT N45 de 206 cv de potência e transmissão Eaton FS 5406A manual de seis marchas.

“O GranClass vem para reforçar e complementar o transporte escolar rural. Antes do surgimento do programa, em 2007, algumas cidades rurais contavam apenas com veículos de terceira geração, aqueles que já haviam passado pelos centros urbanos e depois pelas cidades interioranas, e em outras ainda circulavam os conhecidos pau de arara em trajetos que duravam até uma hora”, conta Serizawa.

Ele lembra que em 2009 uma caravana formada por representantes da indústria, do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e do Inmetro percorreram mais de 40 mil quilômetros na época para conhecer e entender a necessidade da aplicação. “Isso nos ajudou a perceber que esta é uma realidade muito diferente da aplicação urbana”, acrescenta.

## **TIME REFORÇADO**

Segundo o diretor de negócios da Iveco Bus para a América Latina, Humberto Spinetti, apesar de já participar de uma licitação em curso, as vendas do GranClass vão depender unicamente de outras oportunidades que surgirem ao longo do ano. “É um chassi com flexibilidade - seus entre-eixos de 5,18 e 5,95 metros não nos impede de lançar novas versões no futuro”, afirma.

O GranClass é o sexto modelo do portfólio da Iveco Bus, que em 2015 completou seu primeiro ano de atuação no Brasil e que atua de forma independente da divisão de caminhões. A linha de produtos conta com Daily minibus, CityClass, WayClass (também desenvolvido em parceria com a Mascarello), o micro-ônibus 70C17 e o chassi 170S28, de 17 toneladas.

Com o avanço do portfólio, a Iveco Bus conseguiu encerrar o ano passado com crescimento de 62,4% nos seus emplacamentos, passando de 729 unidades em 2014 para 1.187 em 2015, na contramão do mercado brasileiro de ônibus cujas vendas caíram 39% no ano, para pouco mais de 16,6 mil chassis. A participação da montadora no mercado subiu de 2,65% para 7,11%.

“Quando a Iveco Bus chegou ao Brasil nossa proposta era redesenhar a estratégia de atuação da marca focada no transporte de passageiros. Nosso modelo de negócio inclui a oferta de veículos completos, como o GranClass, para aplicações mais específicas, mas claro que contamos com o negócio somente chassi, adotado pela maioria das companhias no Brasil.”

O executivo afirma que na licitação atual a Iveco Bus lidera o ranking de preços do FNDE com o melhor valor médio: o GranClass está concorrendo pelo valor de R\$ 239 mil, versão com elevador. “Vale lembrar que na venda para o governo não incide impostos. Para o varejo, estamos monitorando o mercado, ainda não temos uma definição de posicionamento, mas impostos devem representar algo como 20% a mais, fora o frete”, acrescenta.



## **Autopeças faturam 14,5% a menos em janeiro**

15/03/2016 – Fonte: Automotive Business



O faturamento do setor de autopeças em janeiro foi 14,5% menor que o registrado no mesmo mês de 2015. As vendas para as montadoras recuaram 27,2%. As intrassetoriais foram 25,9% menores. Até mesmo o mercado de reposição recuou no primeiro mês de 2016. Neste caso a queda foi de 3,6%. Destas três divisões de negócios, a reposição foi a única a crescer no consolidado de 2015 (em 6,8%).

As exportações aumentaram 26% em reais. Com o valor convertido em dólares, porém, o resultado é uma queda de 18,1%. Os números foram elaborados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) a partir de pesquisa mensal feita com 64 empresas que representam 32,2% do faturamento do setor no Brasil.

A participação das vendas externas no faturamento das fabricantes de autopeças instaladas no Brasil continua subindo e em janeiro atingiu 24,2%. O emprego nacional registra queda de 16,9% em janeiro ante o mesmo mês de 2015 e de 2,27% no confronto com dezembro.

A capacidade ociosa no primeiro mês do ano alcançou 44,7% em janeiro, o segundo pior resultado desde que a metodologia atual foi adotada, em 2012. Só ficou abaixo de dezembro de 2015, quando superou os 45% em razão de férias coletivas.

## **Foton Caminhões detalha parceria com Agrale**

15/03/2016 – Fonte: Automotive Business



Em comunicado divulgado na segunda-feira, 14, a Foton Caminhões detalhou como vai funcionar a parceria para montagem de seus caminhões provisoriamente na fábrica da Agrale.

Segundo informou o representante da marca chinesa no Brasil, os veículos a serem montados na Serra Gaúcha a partir deste ano já terão 65% de conteúdo nacional. A meta é elevar o percentual para 70% quando a planta própria da empresa entrar em atividade na cidade de Guaíba (RS), que tem inauguração prevista para o primeiro semestre de 2017.

No último dia 10, a Foton assinou acordo com a Agrale para a montagem de caminhões por 12 meses na unidade 2 da fabricante em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha .

Com a parceria, a Foton pretende evitar um novo atraso na nacionalização de seus produtos, que estava prevista inicialmente para começar em 2014.

A empresa levará cerca de quatro meses para fazer os ajustes técnicos necessários na linha de montagem da Agrale.

Apenas a partir de agosto serão montados ali três modelos de caminhões, de 3,5, 10 e 13 toneladas de Peso Bruto Total (PBT). Segundo a Foton, os protótipos já completaram todas as fases de testes com bons resultados.

A parceria entre as duas empresas prevê que a Foton fique responsável pelas compras de componentes com os fornecedores, além de toda a logística e inspeção final da qualidade dos produtos. Por outro lado, a Agrale cuidará da montagem dos caminhões.

A marca chinesa tem programa de investimento de R\$ 250 milhões para o Brasil. Do total, R\$ 160 milhões serão aplicados na construção da fábrica em Guaíba, que terá capacidade para fazer 20 mil caminhões por ano.

O restante irá para uma nova área de desenvolvimento de produtos.

### **Vendas do Grupo VW crescem 1,4% no bimestre**

15/03/2016 – Fonte: Automotive Business



O Grupo VW vendeu em todo o mundo neste primeiro bimestre 1,54 milhão de veículos e obteve pequeno crescimento de 1,4% sobre o mesmo período do ano passado. A alta ocorreu basicamente pelos bons resultados na China e em parte da Europa.

Na América do Sul, as 70,6 mil unidades entregues no período resultaram em queda de 29,3%. No Brasil, particularmente, onde foram vendidos 45,2 mil veículos do grupo, esse recuo foi de 37,4%.

A América do Norte registrou nos dois primeiros meses 123,4 mil veículos da companhia, com decréscimo de 2,9%. Olhando à parte os Estados Unidos, onde foram vendidas 74,2 mil unidades, essa retração chega a 7,1%.

A Europa absorveu 604,6 mil automóveis e comerciais do grupo e registrou alta de 3,8%. A porção ocidental do continente adquiriu 510,8 mil unidades e cresceu 4,7% sobre os mesmos meses do ano passado.

Nas regiões central e leste as vendas europeias anotaram 93,8 mil veículos e pequena queda de 1,2%, motivada pela persistência dos fracos resultados na Rússia, em que as 22,1 mil entregas resultaram em queda de 23% ante o primeiro bimestre de 2015.

As entregas na Ásia-Pacífico somaram 681,2 mil veículos e resultaram em alta de 5,7%

sobre o primeiro bimestre de 2015. Do total da região, 627,5 mil unidades foram entregues na China, onde o crescimento foi ainda mais alto, de 7,6%.

## **DESEMPENHO POR MARCA**

Neste primeiro bimestre foram entregues em todo o mundo 915,8 mil automóveis Volkswagen, registrando discreta queda de 0,5% ante o mesmo período de 2015.

Já as vendas da Audi continuam favorecendo os resultados do grupo e somaram 269,7 mil automóveis, crescendo 3,6% sobre os mesmos dois meses do ano passado.

A Skoda registrou 170,3 mil veículos e alta de 4,5% sobre o primeiro bimestre do ano passado.

Com vendas estáveis no período, a Seat anotou 56,4 mil veículos, apenas 100 unidades a mais que no primeiro bimestre de 2015. A Porsche revendeu 35,1 mil automóveis e obteve acréscimo de 13,5% sobre o mesmo período do ano passado.

A divisão de veículos comerciais entregou nestes dois meses 67 mil unidades e cresceu 6,7%. Da MAN foram 14,3 mil caminhões e crescimento de 6,7%. Os 11,2 mil Scania entregues registraram pequena alta de 4,2% sobre o primeiro bimestre de 2015.

### **Classe C tem recall por risco de incêndio**

15/03/2016 – Fonte: Automotive Business



A possibilidade de incêndio no compartimento do motor levou a Mercedes-Benz a fazer um recall dos modelos C 180, C 200 e C 250 fabricados de 20/5 a 8/11/14.

A empresa constatou que o cabo negativo da bateria pode não ter sido devidamente fixado na carroceria do veículo. Nestas condições há um possível aumento de temperatura e eventual princípio de incêndio, com potencial de danos físicos aos ocupantes do veículo e/ou terceiros.

A fabricante orienta os proprietários a programar em uma oficina autorizada ou credenciada Mercedes-Benz a inspeção da fixação do cabo negativo e, se necessário, sua substituição. É possível fazer o agendamento e obter mais informações pelo telefone 0800 970 9090 ou no site [www.mercedes-benz.com.br](http://www.mercedes-benz.com.br).

#### **Veja a numeração de chassi dos carros envolvidos:**

C 180: de WDDWF4AWXFR002822 a WDDWF4AWXFR027591;

C 200: de WDDWF4CW9FR004476 a WDDWF4CW9FR009120;

C 250: WDDWF4FW6FR014149



## Medidas para óleo e gás podem elevar PIB nos próximos anos, diz Fazenda

15/03/2016 – Fonte: Paraná Online

As medidas regulatórias tomadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) neste mês, como a prorrogação da Rodada Zero e a retomada da produção em campos interrompidos, podem gerar um incremento no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) de até 0,4 ponto porcentual ao ano, num prazo de até dez anos. A avaliação foi divulgada nesta segunda-feira, 14, pelo Ministério da Fazenda, através de um estudo da Secretaria de Política Econômica (SPE).

Na última semana, o CNPE publicou resolução que contempla a prorrogação dos contratos da Rodada Zero - firmados em 1998 -, a retomada da produção em campos interrompidos, a regulamentação das jazidas unitizáveis e a prorrogação do Repetro - regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural.

O estudo aponta que as três primeiras medidas devem gerar investimento de US\$ 78,7 bilhões (ou R\$ 314,7 bilhões, considerando a taxa de câmbio média no período de R\$ 4/US\$), com maior concentração nos próximos dez anos. Esse montante, segundo a Fazenda, é equivalente a 5,3% do PIB e 29,3% do investimento em 2015.

Ainda segundo a Pasta, essa estimativa considera apenas os campos unitizáveis com acordos de individualização protocolados na Agência Nacional do Petróleo (ANP) e, portanto, em estágio mais avançado para contratação em regime de partilha.

Outras estimativas consideram todo o potencial de jazidas unitizáveis. Nesse caso, informa o estudo, as estimativas do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) concluem que o potencial de investimentos pode chegar a US\$ 120 bilhões.

"Essas medidas aperfeiçoam a regulação do setor e podem ter um impacto relevante na retomada dos investimentos", afirmou o ministério, por meio de nota.

Segundo a SPE, o preço internacional do petróleo vem sendo pressionado pelo aumento da oferta dos principais países produtores. "Esse movimento vem pressionando os resultados das empresas produtoras de petróleo", diz o documento, ressaltando que esse quadro dificulta a manutenção dos investimentos e indica queda na atratividade dos projetos do setor. "Com a manutenção dessa perspectiva, a cadeia produtiva poderá manter um plano de desinvestimentos significativo ao longo dos próximos anos, reduzindo seus investimentos e o nível de emprego no setor", avalia.

A Secretaria pondera que o governo tem trabalhado em uma agenda regulatória com objetivo de melhorar o ambiente de negócios no setor e abrir uma perspectiva positiva de longo prazo.

Sobre a Rodada Zero, a concessão na maioria destes campos está com previsão de término em 2025, com uma estimativa de 8 bilhões de barris de óleo equivalente em volume recuperável. Com esse prazo, a SPE argumenta que tais investimentos não são recuperáveis. A prorrogação prevista pelo CNPE, segundo o estudo, pode viabilizar investimentos de até US\$ 54 bilhões, concentrados nos próximos dez anos.

No que se refere à retomada de campos interrompidos, a resolução do CNPE determina que a produção seja retomada ou que as operadoras possam transferir os direitos desses campos para outras que se comprometam em retomar a produção. "Dos 59 campos com produção interrompida, estima-se que haja potencial de produção de 433 milhões de barris de óleo equivalente", informa.

Sobre a regulamentação das jazidas unitizáveis, a SPE estima que o potencial de exploração de petróleo nos campos desse tipo é de 2,2 bilhões de barris de óleo equivalentes, com potencial de investimentos de US\$ 24,2 bilhões em dez anos.

Com isso, segundo o estudo, é possível estimar que esses investimentos produzam um impacto de 4,4 p.p. do PIB nos próximos dez anos, ou 0,4 p.p. ao ano. "Essa medida, em conjunto com as demais ações do governo, permitirá a retomada do crescimento em bases mais sustentáveis", conclui o estudo.

### **Emprego na construção cai 1,08% em janeiro ante dezembro, diz Sinduscon-SP**

15/03/2016 – Fonte: Paraná Online

O emprego na construção brasileira registrou queda de 1,08% em janeiro, na comparação com dezembro, segundo pesquisa do Sinduscon-SP em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV), com base em informações do Ministério do Trabalho e do Emprego, desconsiderando fatores sazonais. No mês, o saldo líquido entre demissões e contratações ficou negativo em 32,146 mil.

Em 12 meses, o número líquido de demitidos em todo País na construção foi de 474,658 mil trabalhadores, uma queda de 14,06% nos empregos. O estoque de emprego no setor terminou o mês em 2,900 milhões.

O presidente do Sinduscon-SP, José Romeu Ferraz Neto, ressaltou que, pelo segundo ano consecutivo, houve redução do nível de emprego em janeiro, "um mês que normalmente é de contratações na indústria da construção, depois da queda sazonal que costuma ocorrer nos meses de novembro e dezembro".

Para ele, o dado é preocupante e reforça a necessidade de maior rapidez na adoção de medidas de estímulo à construção. Entre as ações possíveis, ele citou novas concessões e parcerias público-privadas federais, estaduais e municipais "que sejam realmente atrativas aos investidores nacionais e estrangeiros". Além disso, o executivo pede a desburocratização na aprovação de projetos e financiamentos, e incentivos à industrialização de obras.

Considerando a sazonalidade, o indicador de emprego no País caiu 0,10% em janeiro, ante dezembro, com perda de 2,886 mil vagas de trabalho na base mensal.

#### **São Paulo**

No Estado de São Paulo, o emprego caiu 0,76% em janeiro em relação a dezembro, desconsiderando efeitos sazonais, com o corte de 6,016 mil vagas. Considerando a sazonalidade, houve alta no período, de 0,76% (+5,797 mil vagas). Na comparação de janeiro com igual mês do ano passado, a baixa atingiu 10,03% ou 86,254 mil vagas. O estoque de trabalhadores ficou em 773,608 mil.

### **Monitor do PIB da FGV aponta alta de 0,13% em janeiro ante dezembro de 2015**

15/03/2016 – Fonte: Paraná Online

O monitor do PIB indica que a atividade econômica começou 2016 com ligeira alta, de 0,13%, em janeiro deste ano ante dezembro de 2015, informou na manhã desta terça-feira, 15, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Apesar do sinal positivo, a taxa acumulada em 12 meses apresentou retração mais acentuada, saindo de -3,8% no fechamento de 2015 para -4,1% até janeiro deste ano.

## **Preço da cesta básica aumenta em 13 capitais e diminui em 14**

15/03/2016 – Fonte: Bem Paraná

O custo da cesta básica aumentou em fevereiro em 13 capitais do Brasil e diminuiu em 14, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, feita pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

As maiores altas foram registradas em Macapá (8,93%), Belém (8,64%) e Manaus (7,92%). As quedas mais significativas ocorreram em Vitória (-8,45%), Palmas (-7,80%) e Campo Grande (-6%). As informações são da Agência Brasil. De acordo com os dados, São Paulo foi a capital onde o preço da cesta básica ficou mais alto (R\$ 443,40).

Em seguida, vêm Brasília (R\$ 438,69), Manaus (R\$ 437,86) e Florianópolis (R\$ 430,69). Os menores valores foram observados em Natal (R\$ 331,79), Salvador (R\$ 337,84), Maceió (R\$ 347,38) e Rio Branco (R\$ 349,22).

Segundo o Dieese, com base no total apurado para a cesta mais cara, o salário mínimo necessário para suprir as despesas de uma família com quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.725,01, 4,23 vezes maior do que o valor atual de R\$ 880. Em fevereiro, a maioria dos preços dos produtos da cesta aumentou. Todas as capitais registraram alta no óleo de soja, com variações oscilando entre 1,54%, em Manaus, e 16,76%, em Macapá.

O feijão-carioquinha teve aumento de preço em 26 cidades, com elevações entre 2,73%, em Campo Grande, e 22,77%, em Aracaju. A única capital onde houve queda foi Belo Horizonte (-3,57%).

O leite teve o preço elevado 25 capitais, com destaque para Aracaju (12,70%), Manaus (2,54%), Florianópolis (2,25%), Porto Velho (2,02%) e Palmas (1,89%). O açúcar aumentou em 25 capitais, sendo as altas mais expressivas em Florianópolis (17,31%), Natal (11,46%), Maceió (10,61%), João Pessoa (10,12%) e Boa Vista (10,04%). A farinha de mandioca pesquisada no Norte e Nordeste ficou mais cara em 14 cidades e mais barata em Aracaju (-4,22%).

As maiores altas foram verificadas em Belém (21,18%), Macapá (18,97%) e Manaus (16,89%). O preço da batata diminuiu em dez capitais do Centro-Sul, menos em Florianópolis, onde o aumento foi de 0,55%.

As quedas principais foram registradas em Vitória (-22,00%), Campo Grande (19,96%) e Brasília (-18,12%). O tomate apresentou queda em 18 das 27 cidades pesquisadas, com variação entre -43,49%, em Vitória, e -1,20%, em Rio Branco. Nove cidades tiveram elevação, com destaque para Belém (26,35%), Macapá (20,62%) e Fortaleza (15,60%).

## **Cesta básica cai 1,43% em Curitiba**

15/03/2016 – Fonte: Bem Paraná

Em fevereiro de 2016, a Cesta Básica de Curitiba calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apresentou variação de -1,43%, representando a 13ª maior queda entre as capitais brasileiras, passando de R\$ 398,46 em janeiro de 2016 para os atuais R\$ 392,75.

Curitiba teve o décimo segundo maior valor entre as 27 capitais pesquisadas. A maior alta foi registrada em Macapá (8,93%). A queda mais significativa ocorreu em Vitória (-8,45%).

Dos 13 produtos pesquisados, oito registraram alta em fevereiro de 2016: o feijão (9,62%), o óleo (8,57%), o arroz (5,08%), a carne (2,78%), o açúcar (2,22%), o pão (1,94%), o café (1,61%), e o leite (1,04%). Outros cinco itens tiveram retração: o tomate (-19,52%), a batata (-8,88%), a banana (-4,38%), a farinha (-0,84%) e a manteiga (-0,44%).

## **Receita normatiza formalização de processos sobre tributos**

15/03/2016 – Fonte: R7

Com a nova Portaria, ficam revogadas as Portaria RFB nº 666, de 24 de abril de 2008 e nº 2.324, de 2 de dezembro de 2010. De acordo com a publicação, serão objetos de um único processo administrativo:

- ✓ As exigências de crédito tributário do mesmo sujeito passivo, formalizadas com base nos mesmos elementos de prova, referentes ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ;
- ✓ À Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) ; à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide),
- ✓ À Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/Pasep-Importação); e
- ✓ À Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação); Às contribuições sociais destinadas à Previdência Social e às contribuições destinadas a outras entidades e fundos; ou
- ✓ Ao IRPJ e aos lançamentos dele decorrentes relativos à CSLL, ao Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

O mesmo é válido para a suspensão de imunidade ou de isenção e o lançamento de ofício de crédito tributário dela decorrente; os pedidos de restituição ou ressarcimento e as Declarações de Compensação (DCOMP) que tenham por base o mesmo crédito, ainda que apresentados em datas distintas; e as multas isoladas aplicadas em decorrência de compensação considerada não declarada.

Publicidade

A normatização aplica-se inclusive na hipótese de inexistência de crédito tributário relativo a um ou mais tributos.

Também deverão constar do processo administrativo as exigências relativas à aplicação de penalidade isolada em decorrência de mesma ação fiscal.

As DCOMP baseadas em crédito constante de pedido de restituição ou de ressarcimento indeferido ou em compensação não homologada pela autoridade competente da RFB, apresentadas depois do indeferimento ou da não homologação, serão objeto de processos distintos daquele em que foi prolatada a decisão.

Os processos em andamento sobre exigências de crédito que não tenham sido formalizados de acordo com as novas regras serão juntados por anexação na unidade da RFB em que se encontrarem.

## **Brasil está sem horizonte de recuperação econômica**

15/03/2016 – Fonte: EM.com

Prévia do desempenho da economia brasileira indica queda de 0,61% em janeiro, ante dezembro, perfazendo 11 meses de perda. Frente a idêntico mês de 2015, recuo foi de 6,7%

Não bastasse a repercussão das manifestações de domingo contra o PT, a presidente Dilma Rousseff vai ter de lidar com outra forte contração do Produto Interno Bruto (PIB, o conjunto da produção de bens e serviços do país).

O Índice de Atividade Econômica divulgado ontem pelo Banco Central (BC), o IBC-Br, espécie de prévia do PIB, recuou 0,61% em janeiro ante dezembro do ano passado, resultado que representa o 11º mês de perdas.

Na comparação anual, a queda foi de 6,7%. Porém, sem ajustes, o tombo assustou, ao atingir 8,12% no primeiro mês deste ano em relação a janeiro de 2015, pior índice desde o início da série do BC para o indicador, em 2004.

O indicador foi criado pelo BC como instrumento para que a instituição possa antecipar o resultado do PIB e com isso ter mais condições de definir a taxa básica de juros, a Selic, que remunera os títulos do governo no mercado financeiro e serve de referência nas operações dos bancos e do comércio.

Em relatório divulgado ontem, a empresa americana de consultoria de risco político Eurasia Group, que, na semana passada, havia elevado de 55% para 65% a probabilidade de que a presidente não chegue ao fim de 2018 no cargo, afirmou ontem que as manifestações do domingo vão apressar o processo.

Para o economista-chefe da Opus Investimento, José Márcio Camargo, o recuo do IBC-Br foi maior do que o mercado esperava. "Sinal de que o país começou o ano pior. Apesar de a indústria ter tido um desempenho levemente positivo, que também surpreendeu, a queda de serviços foi responsável pela retração", analisou.

As perdas nos setores de varejo e serviços iniciaram o ano em 1,5% sobre dezembro e 5% na comparação com janeiro de 2015. Elas ofuscaram a alta inesperada de 0,4% na produção industrial na comparação com o mês anterior.

No acumulado em 12 meses, o IBC-Br caiu 4,44% em números dessazonalizados, que fazem uma compensação para comparar períodos diferentes. Com a péssima largada, 2016 promete uma queda no PIB ainda maior do que o recuo de 3,8% do ano passado, segundo os especialistas.

"Nossa projeção era de contração de 4% do PIB neste ano, mas como o cenário começou pior do que se imaginava, acho que as previsões de crescimento vão cair a partir de agora", destacou Camargo, da Opus.

O banco Credit Suisse revisou as projeções para a economia brasileira, indicando queda de 4,2% em 2016 e 1% em 2017. Contudo, a equipe do economista Nilson Teixeira destacou que, se a crise se agravar ainda mais e gerar uma paralisia maior na economia, este ano poderá terminar com um redução de PIB de 6,1%. Se tal cenário se confirmar, o país terá retornado ao PIB de 2004, anulando mais de uma década de expansão econômica.

Outro dado preocupante é a previsão do Banco Goldman Sachs, que estima o recuo do PIB per capita em 10% entre 2015 e 2016. Para dar uma ideia do que isso representa, entre 1981 e 1992, no que se convencionou chamar de década perdida, o PIB per capita encolheu 7,6% em 12 anos. Na avaliação de Luciano Rostagno, estrategista-chefe do Mizuho, a economia começou o ano com o pé errado.

“O mercado achava que, pela alta da produção industrial em janeiro, havia uma esperança de que a economia pudesse ter alguma reação, mas isso não ocorreu”, disse. O que mais preocupa o especialista, no entanto, é a contaminação do dado negativo. “Vamos ter forte contração do PIB no primeiro trimestre deste ano. Pode ser ligeiramente menor do que o último trimestre do ano passado, mas isso não é necessariamente bom, porque a base de comparação já é deprimida”, alertou.

### **Vendas de bens duráveis caem 16% em 2015, diz GfK**

15/03/2016 – Fonte: EM.com

As vendas de bens de consumo duráveis caíram 16,3% em 2015 na comparação com o ano anterior, de acordo com levantamento da GfK. O faturamento total no ano ficou em R\$ 97 bilhões, incluindo equipamentos de linha branca, linha marrom, informática, telecomunicações, entre outros.

Considerando apenas o quarto trimestre de 2015, o recuo foi de 18,9% ante os mesmos meses de 2014, com o mercado atingindo vendas de R\$ 25,87 bilhões.

A queda nas vendas na comparação anual ocorreu em quase todos os segmentos de produtos do setor ao longo de 2015, com exceção de telecomunicações. Na linha marrom, que inclui equipamentos de TV e áudio, a retração foi de 34,3% no acumulado de 2015 ante o ano anterior. A linha branca se retraiu 13,3% e os equipamentos de informática, 33,9%. Em telecomunicações, houve alta de 0,7%.

Apesar do melhor desempenho no acumulado do ano, a categoria de telecomunicações recuou 15% no quarto trimestre na comparação anual. Essa queda foi influenciada por uma baixa nas vendas de smartphones, principal produto da categoria, o qual apresentou resultado negativo nos últimos três meses de 2015, com retração de 13% em relação ao ano passado.

Já na linha branca, o quarto trimestre marcou uma retração em todos os segmentos, segundo a GfK. O faturamento da linha branca apresentou queda de 20% no quarto trimestre do ano quando comparado com o mesmo período do ano passado. As vendas de refrigeradores cederam 25% e as de fornos e fogões caíram 21%.

### **Brasil tem o maior nível de encargos e direitos trabalhistas do mundo**

15/03/2016 – Fonte: R7

O custo da mão de obra no Brasil é o maior entre 90 países. Ao contratar um profissional a US\$ 30 mil por ano, uma empresa brasileira paga mais 71,4% em encargos e direitos trabalhistas em média. No mundo, esse percentual médio gira em torno de 20,5%, com tendência de baixa, movimento ainda não seguido no País, segundo pesquisa divulgada pela rede internacional de Contabilidade e Consultoria UHY, representada no Brasil pela UHY MoreiraAuditores.

Dessa forma, um trabalhador que recebe US\$ 30 mil ao ano no Brasil custa mais US\$ 21,408 mil para a empresa. Ou seja, o empregador desembolsa no total US\$ 51,408 mil. Enquanto isso, levando em conta a média mundial, esse mesmo funcionário custaria US\$ 36,141 mil.

E, para alguns setores, os ônus trabalhistas são ainda mais pesados. "Apuramos que 71,4% é a média brasileira. Mas há setores que apresentam um adicional de até 100%. Depende da realidade de cada um", afirma o gerente de Desenvolvimento de Negócios da UHY Moreira, Marcello Reis.

Além dos encargos, o levantamento levou em conta os custos agregados por obrigações legais como 13º salário, férias, hora extra, adicional noturno, dentre outros.

A diferença entre o Brasil e o restante do mundo nesse quesito é tão acentuada que, dentre os 90 países pesquisados, o que apresentou o segundo pior resultado foi a Itália. Mas, enquanto no Brasil o custo adicional é de 71,4%, na Itália é 38,6%. O trabalhador italiano contratado por US\$ 30 mil ao ano custaria US\$ 41,596 mil para a empresa.

Na outra ponta, o país que apresenta o menor custo de mão de obra é o Egito, que paga um adicional equivalente a 3,7% do salário pago aos trabalhadores.

Os outros que estão em destaque com menores valores são Dinamarca (4,3%), Nova Zelândia (4,5%), Emirados Árabes (7,3%), Canadá (7,4%), Reino Unido (7,9%), Estados Unidos (8,8%) e Jamaica (10,6%).

O mesmo estudo mostrou que o custo adicional médio sobre o montante pago pela mão de obra teve uma retração média de 5% no mundo na comparação com 2012. Isso ocorreu em função do mau momento econômico, que tem forçado os governos a flexibilizarem normas trabalhistas.

O objetivo seria estimular a contratação de trabalhadores e aquecer a economia local. Porém, no Brasil, não houve redução no indicador.

Liberdade Segundo Reis, enquanto os demais países apresentaram mudanças significativas na legislação trabalhista, com maior liberdade na relação entre empregados e empregadores, o Brasil mantém uma legislação engessada neste sentido.

"O Brasil tem leis trabalhistas antiquadas. Não há espaço para negociação junto ao funcionário, que poderia aceitar abrir mão de algum direito para garantir o emprego.

Além disso, não há esforço para redução dos encargos trabalhistas", afirma o especialista. As últimas tentativas do governo de reduzir o peso do trabalhador para as empresas foi a desoneração da folha de pagamento, que foi uma medida temporária e, por isso, incapaz de mudar a realidade do País.

Segundo o presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Osmani Teixeira de Abreu, esse alto custo da mão de obra no Brasil é uma das principais justificativas para a perda de competitividade das empresas brasileiras.

"Os encargos trabalhistas têm deixado a produção local mais cara e impedido um crescimento do setor industrial. É evidente que dessa forma o governo acaba colaborando para a manutenção do desemprego, que tem piorado o cenário econômico do País", adverte.

## Ocupação da Mabe já dura um mês

15/03/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Há um mês acampados dentro das fábricas da Mabe em Campinas e Hortolândia, no interior de São Paulo, cerca de 2 mil ex-funcionários aguardam uma ordem de desocupação que deve ocorrer a qualquer momento.

“Nossa intenção é de não desistir, mas a decisão de sair ou ficar será coletiva”, diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, Sidalino Orsi Júnior. “Nosso receio é em relação à violência policial.”

As duas unidades produziam fogões e geladeiras das marcas Dako e Continental e foram ocupadas em 15 de fevereiro, após o grupo mexicano Mabe decretar falência. Os trabalhadores foram demitidos sem receber salários atrasados desde dezembro e rescisões.

Grupos de 50 a 100 funcionários se revezam para manter a ocupação. Dormem nas instalações dos restaurantes e as refeições são preparadas com alimentos doados pela comunidade. Também cuidam da limpeza, segurança e ronda. As linhas de montagem foram lacradas por eles, para evitar danos ao maquinário. “Queremos que as fábricas estejam prontas para retomar a produção”, diz Orsi.

Segundo Orsi, a Justiça já concedeu liminar em favor da desocupação, mas o sindicato ainda não foi notificado. A Capital Administradora Judicial, que cuida da massa falida, confirma ter entrado com pedido de reintegração, mas não comenta se já foi acatado.

A empresa e o sindicato não chegaram a um acordo sobre a retomada da produção. A Capital informa que isso só será possível após a desocupação e avisa que a demora coloca em risco o plano de continuidade.

A administradora pretende recontratar cerca de 550 trabalhos para uma primeira etapa de produção. O sindicato quer o retorno de todos, além do pagamento das rescisões.

No caso da unidade de Campinas, os funcionários já estavam acampados em frente ao prédio desde 22 de dezembro, após a empresa dar férias coletivas sem pagar os salários. Com a falência, houve ocupação simultânea das duas instalações.

“Passei Natal, Ano Novo, carnaval e meu aniversário longe da família. Em casa só vou para lavar as roupas. Queremos nossos direitos. Não podemos desistir dessa luta”, diz o ex-funcionário e dirigente sindical Adriano Soares dos Santos.

Funcionário da empresa há 20 anos, Sandro José Jorge divide seu tempo entre a fábrica e bicos que consegue fazer para tentar pagar as contas de casa.



"Só via meus filhos nos fins de semana. A gente deixou parte da vida aqui. Agora, me sinto enganado e fico chateado com essa situação. A empresa nos deu um tapa na cara com esse tal pedido de falência", afirma Jorge.

Em 2009, ele foi diagnosticado com bursite e tendinite em razão de esforços repetitivos e intensos na linha de produção. "Não é fácil chegar aos 43 anos sem emprego, com doenças e ter de pagar contas como água e luz". Parentes ajudam com alimentos para ele, a esposa e o filho.

No terreno da empresa há um lago onde os funcionários pescam para garantir parte das refeições diárias. "O clima é de tranquilidade. Mas esse silêncio assusta. Não sabemos se daqui a cinco minutos vem alguém com um monte de policiais para tentar nos tirar daqui à força", afirma Santos.

## **Ações de montadoras e mineradoras ajudam principal índice europeu a fechar em alta**

15/03/2016 – Fonte: R7

O principal índice europeu ampliou os ganhos nesta segunda-feira, com as ações automobilísticas impulsionadas pela perspectiva positiva para o setor e as mineradoras ajudadas pela estabilização dos preços do cobre abaixo das máximas de quatro meses.

O índice das principais ações europeias FTSEurofirst 300 subiu 0,67 por cento, a 1.356 pontos, enquanto o índice de blue chips da zona do euro Euro Stoxx 50 avançou 0,59 por cento para 3.091 pontos.

O índice de mineração teve alta de 1,75 por cento, o maior ganho setorial do índice FTSEurofirst 300, após dados da China no fim de semana e declarações do principal regulador do mercado do país acalmarem as preocupações sobre a saúde da segunda maior economia do mundo e a perspectiva para a demanda por metais.

O índice automobilístico e de peças STOXX Europe 600 teve ganho de 1,56 por cento, na sequência da classificação positiva do Kepler Cheuvreux, que melhorou sua posição em relação a companhias como Daimler, Peugeot, BMW e Continental.

Os bancos italianos também sustentaram o mercado. O Monte dei Paschi di Siena teve ganho de mais de 10 por cento, com os operadores citando a especulação de que a holding estatal Cassa di Risparmio di Siena pode intervir em um resgate patrocinado pelo governo ao banco com problemas. As ações do Carige tiveram alta de 3,7 por cento, enquanto o Banco Popolare teve ganho de 2,64 por cento.

Analistas disseram que os bancos dos chamados países "periféricos" da zona do euro --Itália, Espanha e Portugal-- vão continuar a subir com os planos do Banco Central Europeu de uma nova rodada de financiamento barato ao setor.

Em LONDRES, o índice Financial Times avançou 0,57 por cento, a 6.174 pontos.

Em FRANKFURT, o índice DAX subiu 1,62 por cento, a 9.990 pontos.

Em PARIS, o índice CAC-40 ganhou 0,31 por cento, a 4.506 pontos.

Em MILÃO, o índice Ftse/Mib teve desvalorização de 0,03 por cento, a 18.981 pontos.

Em MADRI, o índice Ibex-35 registrou alta de 0,57 por cento, a 9.142 pontos.

Em LISBOA, o índice PSI20 valorizou-se 1,55 por cento, a 5.080 pontos.

## **Taxa de desemprego do Brasil cresce para 8,5% na média de 2015**

15/03/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Com a economia mergulhada na mais profunda recessão em 25 anos, o mercado de trabalho brasileiro passou por um acelerado processo de piora em 2015, com reflexos sobre o emprego, a renda e a formalização do trabalho.

Segundo divulgou o IBGE nesta terça-feira (15), a taxa de desemprego do país cresceu para 8,5% na média do ano passado, a maior já medida pela Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), iniciada em 2012.

Esse resultado ficou 1,7 ponto percentual acima da média de 2014 (6,8%), a piora mais acelerada registrada nesses quatro anos da pesquisa de emprego do IBGE.

Já o rendimento médio real (descontada a inflação) foi de R\$ 1.944 na média do ano passado, queda de 0,2% na comparação com o ano anterior (R\$ 1.947). Para o IBGE, essa variação é considerada estatisticamente estável.

No fim do ano, o cenário continuava indicado deterioração. A taxa de desemprego do quarto trimestre foi de 9%, revelando uma piora frente ao terceiro trimestre de 2015 (8,9%) e do mesmo período de 2014 (6,5%).

Trata-se também da maior taxa de desemprego da série histórica da pesquisa.

O número veio um pouco abaixo do centro (mediana) das expectativas dos economistas consultados pela agência internacional Bloomberg, que projetavam 9,1% no quarto trimestre do ano passado.

Neste cenário, o rendimento real (descontada a inflação) foi de R\$ 1.953 dentro do quarto trimestre do ano passado, queda de 1,1% frente aos três meses anteriores e de 2% ante o mesmo período do ano anterior.

O mercado de trabalho foi afetado por uma combinação de aumento do número de pessoas dispostas a trabalhar com as demissões nos mais variados setores da economia, incluindo a indústria e a construção.

## **Prefeito de San Francisco vem ao Brasil para tentar atrair empresas**

15/03/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O prefeito de San Francisco, Edwin Lee, está em São Paulo para tentar atrair empresas brasileiras a se instalarem na cidade. Lee, que também irá ao Rio, vai se encontrar com representantes do hotel Fasano, da Alpargatas e do Banco Original.

## **REGRAS DE ATRAÇÃO**

"Criamos uma iniciativa chamada LatinSF, copiada de um programa bem-sucedido com a China. A ideia é dar apoio a empresas brasileiras para que sejam parceiras comerciais e também investidoras em San Francisco.

Queremos saber o que funcionaria para eles. Nosso apoio para fazer contatos? Terrenos? Abrir mercados? Não há uma fórmula pronta. Temos uma relação especial com tecnologia. Podemos apresentar empresas brasileiras a outras, que podem oferecer serviços financeiros on-line, encontrar empregados etc."

## **ACORDOS**

"Damos incentivos para que certas empresas, como o Twitter, se instalem em áreas que não eram ocupadas, em troca de impostos menores.

Elas se submeteram a um acordo de beneficiamento das comunidades -15 empresas assinaram. Apoiam pessoas que não têm dinheiro para comer, dão capacitação para empregos, cursos de internet. Havia imposto por cada contratação. Passamos a isentá-las."

## **BRASIL EM RECESSÃO**

"Este é o momento perfeito para vir para cá. Houve um aumento do uso de tecnologia nas empresas do Brasil nos últimos dez anos -na manifestação de domingo, houve um número grande de tuítes. Foi isso que fez com que nossa cidade aguentasse as baixas de 2008. Planejar para desastres potenciais está no nosso DNA -estamos em uma área de terremotos."

## **UMA VISTA NA BAÍA**

Iniciativas do prefeito

### **Impostos**

Acordo de beneficiamento das comunidades dá incentivos fiscais a empresas em contrapartida de investimentos sociais

### **Portas abertas**

Companhias abriram seus escritórios nos fins de semana para que crianças das escolas locais usem os computadores e o espaço

### **Democracia**

Para deter preços de imóveis, a cidade fez plebiscito para restringir o compartilhamento de residências. A proposta foi rejeitada pelos eleitores.

### **Transporte**

A cidade cobra taxas de ônibus fretados que levam moradores a empresas de cidades vizinhas.

### **Indústrias**

Os setores com maior importância em San Francisco são, pela ordem, hospitalidade, saúde, tecnologia e indústria.



## **Falta de crédito para capital de giro piora a perspectiva dos empresários**

15/03/2016 – Fonte: G1

A 36ª rodada do Indicador de Atividade da Micro e Pequena Indústria, encomendado pelo Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpji) ao Datafolha, aponta que o cenário piorou para o micro e pequeno industrial. Em fevereiro, 68% dos empresários afirmaram que o capital de giro foi muito pouco ou insuficiente, ante 59% em janeiro. É o pior resultado já registrado na série histórica, iniciada em março de 2013.

Segundo dados da pesquisa, 1 em cada 10 empresários conseguiu crédito para pessoa jurídica (11%) para obtenção de capital de giro.

Comparativamente, o índice dos que precisaram recorrer ao cheque especial foi de 2 em cada 10 (21%), porém, neste caso, pagando juros altos e prejudicando os resultados da empresa. Outros 7% tiveram acesso a capital de giro por meio de empréstimo pessoal no banco.

Em fevereiro deste ano, 26% dos industriais afirmaram ter demitido algum funcionário, ante 24% em janeiro. No caso das contratações, 12% disseram ter aberto vagas - em janeiro eram 8%.

Para o presidente do Simpji, Joseph Couri, os resultados são muito preocupantes, principalmente, por conta do risco de fechamento.

"Se nenhuma medida for tomada, pode ocorrer o fechamento em massa de empresas, e assim o corte de vagas de trabalho será definitivo, pois não haverá quem contrate. Precisamos também de crédito para capital de giro, para que as empresas possam continuar funcionando", alerta.

## **Gerdau tem prejuízo ajustado de R\$41 mi no 4ºtri, reduz investimento em 2016**

15/03/2016 – Fonte: DCI



O grupo siderúrgico Gerdau teve prejuízo líquido ajustado no quarto trimestre de 41 milhões de reais, revertendo resultado positivo de 95 milhões obtido no mesmo período do ano anterior.

A companhia registrou no período perdas relacionadas a queda no valor de ativos de 3,1 bilhões de reais, o que a levou a um prejuízo líquido nos três últimos meses do ano passado de 3,17 bilhões de reais sem considerar os ajustes.

A empresa divulgou investimento previsto para este ano de 1,5 bilhão de reais, uma queda de 35 por cento sobre os 2,3 bilhões aplicados no ano passado. "Esse valor considera uma redução nos níveis de desembolso, já que os principais investimentos em andamento da Gerdau estão sendo finalizados," disse a empresa.

A Gerdau teve geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 911 milhões de reais nos três últimos meses de 2015, uma queda de 27 por cento sobre um ano antes e de 29 por cento no comparativo com o período de julho a setembro.

Com o recuo, a relação da dívida líquida sobre Ebitda medida em dólares avançou de 2,1 vezes no final de 2014 para 3,6 vezes no fim do ano passado. No terceiro trimestre a proporção estava em 2,7 vezes.

Segundo a Gerdau, dos 3,1 bilhões de reais em impairment registrados no quarto trimestre, 835 milhões foram registrados em ativo imobilizado da operação brasileira, resultantes de redução de demanda e paradas de produção em algumas unidades. Outro 1,17 bilhão foi registrado na operação América do Norte e mais 1,125 bilhão na área de aços especiais, ambas relacionadas a ágio.

A Gerdau deveria ter divulgado seu resultado em 10 de março, mas resolveu adiar a publicação depois que a Polícia Federal executou mandados de busca e apreensão em escritórios do grupo por suspeita de sonegação de até 1,5 bilhão de reais, como parte de etapa da operação Zelotes.

A empresa reafirmou no balanço que usou escritórios externos para ter assessoria tributária e que "não se trata de sonegação (...) e sim do exercício legítimo de direito pelas empresas da Gerdau, respaldado expressamente nas leis e na jurisprudência". A companhia afirmou ainda que "jamais concedeu qualquer autorização para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais".

A produção de aço bruto da Gerdau como um todo caiu 10 por cento no quarto trimestre sobre um ano antes, para 3,889 milhões de toneladas, enquanto as vendas caíram 11,6 por cento, a 3,887 milhões.

Considerando apenas a operação Brasil da empresa, a produção recuou 8,5 por cento no trimestre passado, a 1,481 milhão de toneladas e as vendas despencaram quase 20 por cento, a 1,394 milhão de toneladas. O Ebitda da divisão tombou 74 por cento no período, a 186 milhões de reais.

Na América do Norte, o Ebitda quase dobrou em reais para 396 milhões, apesar da produção ter recuado 8,6 por cento e as vendas de aço terem caído 3,4 por cento contra o quarto trimestre de 2014.